

**AO ILUSTRE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Ref. Pregão Eletrônico nº. 58/2024 – Processo Administrativo nº. 8825/2024**

**PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 06.030.279/0001-32, sediada em Lavras/MG, na Rodovia Fernão Dias, Km 702, s/n, Engenho da Serra, CEP 37.200-000, vem, respeitosa e tempestivamente, por seu representante, apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

em epígrafe, nos termos que seguem.

**I. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O edital do Pregão Eletrônico nº. 58/2024 visa à “*contratação de empresa especializada no serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo hospitalar de classificação “a”, “b” e “e”. o critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.*”

O preço total estimado para a licitação é de R\$ 138.300,00 (cento e trinta e oito mil e trezentos reais).

A licitação ocorrerá no dia 09/12/2024, às 9:30h.

Ocorre que a análise do instrumento convocatório leva à conclusão de que existe nele, *data venia*, ponto de grande relevância passível de impugnação, esclarecimento e correção, conforme será exposto a seguir.

**II. RAZÕES PARA IMPUGNAÇÃO**

## II.1. INCLUSÃO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS E SEM FUNDAMENTOS

O item 9.15.3 do Edital prevê o seguinte:

### 9.15. OUTROS DOCUMENTOS

(...)

*9.15.3 - O tratamento e a disposição final do RSS devem estar de acordo com o respectivo Certificado de Aprovação Para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI.*

*9.15.4 - Documento de Licenciamento do veículo de coleta junto a VISA (Vigilância Sanitária) do município sede da empresa.*

Tais cláusulas, entretanto, são restritivas e, além disso, não têm qualquer fundamento técnico ou jurídico que justifiquem a sua inclusão no instrumento de convocação.

Ora, o Edital determinou, expressamente, que o licitante deve apresentar o *Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI*.

No entanto, o *Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI* é um instrumento de política ambiental estabelecida na legislação do Estado de São Paulo, de modo que, somente eventuais licitantes do referido Estado que pretendam realizar a movimentação (leia-se: transporte) de resíduos dentro do referido Estado são obrigados a apresentar tal documento.

Deveras, o *Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI* faz parte do Licenciamento Ambiental específico do Estado de São Paulo, como se observa pelo endereço eletrônico da CETESB, que é a Agência do Governo do Estado de São Paulo que é a responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradores de poluição<sup>1</sup>:

*O CADRI foi instituído pelo Relatório à Diretoria nº 007/86/DCON, aprovado em reunião datada de 03.07.1986, denominado à época Certificado de*

---

<sup>1</sup> Extraído de < <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/outros-documentos/>>. Acessado em 02.12.24

*Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais, sendo alterada a sua denominação para Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental pelo Decreto Estadual nº 54.645/2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300/2006.*

*Ele é o documento que aprova o encaminhamento de resíduos de interesse ambiental a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, licenciados ou autorizados pela CETESB.*

Com efeito, não é possível exigir de empresas não licenciadas no Estado de São Paulo o cumprimento do item 9.15.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº. 58/2024.

Não se pode ignorar que, assim como o Estado de São Paulo tem suas especificidades no licenciamento ambiental, todos os demais Estados da Federação têm suas normas próprias, uma vez que, em matéria de direito ambiental, a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle de poluição é concorrente, em conformidade com a Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:*

*(...)*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente e controle da poluição;***

Nesse sentido, cada licitante deve, necessariamente, observar as normas inerentes ao licenciamento ambiental de seus respectivos Estados, observando, ainda, a legislação federal.

A manutenção da exigência de apresentação do *Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais – CADRI*, na forma como inserida no Edital implica, *mutatis mutandis*, a imposição de restrição geográfica e que, ademais, pode configurar eventual direcionamento da licitação para empresas do Estado de São Paulo, uma vez que somente estas teriam condições de cumprir tal o item 9.15.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº. 58/2024, o que é vedado pela Lei Federal 14.133/2021.

Também se mostra inadequada e restritiva a exigência do item 9.15.4 do Edital.

**Ora, os órgãos de vigilância sanitária não têm competência para realizar licenciamento ambiental de veículos!**

Deveras, é no procedimento de licenciamento ambiental que é realizada a análise do atendimento das obrigações legais com vistas à segurança e atendimento dos requisitos para a obtenção da Licença de Operação de Transporte, dentre os quais é realizada o licenciamento dos veículos autorizados aptos para realizar o transporte de resíduos de saúde.

Eis o que determina a Resolução CONAMA nº. 237/1997, relativamente à Licença de Operação:

*Art. 8º O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:*

*(...)*

***III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.***

Nesse sentido, a Licença de Operação de Transporte é o documento hábil a demonstrar que o licitante tem habilitação para a realização do serviço de transporte de resíduos provenientes de lixo hospitalar, sendo, totalmente imprestável, inadequado e restritivo exigir que exista, por parte de empresa devidamente licenciada, a obtenção de qualquer documento junto à vigilância sanitária.

Eventuais particularidades de determinada atividade também são observadas durante o procedimento de licenciamento, na forma da já mencionada Resolução CONAMA nº. 237/1997:

*Art. 9º O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou*

*empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.*

Não se pode, portanto, transferir competência do órgão ambiental, durante o procedimento de licenciamento ambiental, para a vigilância sanitária.

É importante salientar que, durante a execução do contrato administrativo, a Administração Pública poderá, a qualquer momento, realizar a fiscalização do transporte, ocasião em que será exigida a apresentação da LO de transporte, bem como dos demais documentos exigidos do veículo (CRLV, CIPP e CIV), assim como os documentos do motorista (CNH e MOPP).

Trocando em miúdos, as exigências constantes nos itens 9.15.3 e 9.15.4 são totalmente desnecessárias, ilegais, restritivas e sem qualquer razão de existir, o que justifica a impugnação do Edital do Pregão Eletrônico nº. 58/2024.

A exclusão dos itens ora impugnados observará o **princípio da competitividade** previsto na própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, segundo o qual impõe-se que o “***processo de licitação pública (...) assegure igualdade de condições a todos os concorrentes***” e que a licitação “***somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações***”.

Em obediência a esse princípio, pois, é **vedada a imposição, no edital, de requisitos que extrapolem o mínimo necessário para o alcance do objetivo da contratação feita pela Administração Pública, que nada mais é do que o cumprimento das obrigações previstas no contrato administrativo a ser celebrado.**

Grosso modo, quanto maior a competição, maior será a chance de se encontrar a melhor proposta para o ente contratante e a inclusão de exigências indevidas e restritivas, deveriam, necessariamente, ser motivadas na fase interna da licitação, sendo que a ilegalidade de sua inclusão, se mantidas após a presente Impugnação, poderá dar ensejo às devidas responsabilizações aos envolvidos.

### III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, pede-se que seja retirada do Edital do Pregão Eletrônico nº. 58/2024 as exigências constante nos itens 9.15.3 e 9.15.4, uma vez que restritivas, ilegais e sem qualquer fundamento técnico ou legal para a sua inclusão, ampliando-se, assim, a competitividade do certame.

A Impugnante pede que sejam explicitadas as razões da inclusão das restrições ora impugnadas ao instrumento convocatório.


Em caso de negativa de alterações do edital, requer-se, desde já, a disponibilização de cópia integral dos autos da fase interna da licitação, para permitir à licitante analisar os fundamentos das inserções ora impugnadas.

Pede-se, por fim, expressa manifestação do ilustre Pregoeiro acerca da matéria tratada nesta impugnação, para que seja possível eventual questionamento junto às autoridades competentes (TCE/RJ, Ministério Público e Poder Judiciário).

Nestes termos,

Pede deferimento.

De Lavras/MG para Pref. De São José do Vale do Rio Petro/RJ, 03 de novembro de 2024.



Angelo Gondim  
Gerente  
RG 097.438.30-3  
CPF 024.980.317-82  
22 – 99924-6079  
**PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA**  
CNPJ 06.030.279/0001-32

06.030.279/0001-32  
PRO-AMBIENTAL  
TECNOLOGIA LTDA  
Rod Fernao Dias KM 702, s/nº  
Engenho da Serra  
CEP 37.200-000  
Lavras - MG